

Da edição crítica como bússola para navegação nas tradições textuais

César Nardelli Cambraia

INTRODUÇÃO¹

Até princípios do século XX, a realização de edições críticas sempre foi encarada como uma atividade fundamental para qualquer uso que se quisesse fazer de um texto: análise linguística, crítica literária, exercício da fé (independentemente da corrente religiosa), estudo histórico, etc. A formulação de métodos para essa prática se desenvolveu por séculos, atingindo seu ápice com a síntese consubstanciada nos trabalhos de Karl Lachmann (1793-1851). A primeira grande fissura nesse modelo para a atividade editorial foi a oposição capitaneada por Joseph Bédier (1884-1938). Desde então mais outras foram se manifestando, de forma que, na atualidade, há uma grande diversidade de posicionamentos em relação à prática editorial. Mas terá a edição crítica deixado de ter função? Neste texto², pretende-se argumentar que ela continua sendo importante, sobretudo por poder ser interpretada como bússola para navegação nas tradições textuais. A presente discussão tomará como principal referência o caso concreto da tradição textual da obra de Isaac de Nínive.

1. EDIÇÃO CRÍTICA: DEFINIÇÃO E OBJEÇÕES

Embora todo estudioso sonhe com um sistema terminológico unívoco, ou seja, usado por todos os especialistas de uma área e com significado único e preciso, naturalmente um tal sistema nunca existirá. Primeiro, porque, sendo a terminologia manifestação linguística e sendo a variação linguística constitutiva da

¹ Presta-se aqui, neste trabalho, uma homenagem ao Prof. Dr. Maximiano de Carvalho e Silva (1926-2022) e à Profa. Dra. Marlene Gomes Mendes (1934-2022), estudiosos notáveis que contribuíram de forma original, robusta e sistemática para o desenvolvimento da crítica textual no Brasil. A trajetória de cada um deles e a sua valiosa produção bibliográfica tem sido e será sempre fonte de inspiração para todos interessados em crítica textual.

² O presente texto teve como ponto de partida uma primeira reflexão sobre o tema apresentada como conferência de abertura do *II Seminário O manuscrito Grego da Biblioteca Nacional: Crítica Textual e Práticas de Edição de Texto*, proferida na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em 1º de março de 2023.

linguagem humana, a terminologia não pode existir senão com variação. Em segundo lugar, porque a própria evolução do conhecimento humano faz com que a percepção da realidade e a sua construção discursiva mudem e o mesmo ocorre, consequentemente, com o significado dos termos técnicos. Por isso, é sempre conveniente explicitar com que significado um termo estará sendo empregado em uma discussão.

Neste texto, emprega-se o termo *edição crítica* para denominar uma edição de textos em cuja realização haja (a) *confronto de mais de um testemunho* e (b) *reconstituição textual com base na seleção de variantes*.

Por um lado, toda edição de texto que seja realizada com base no exercício de um juízo seria, a rigor, uma edição crítica, já que criticar significa “exercer juízo”. Mesmo em uma edição feita a partir de um único testemunho, o editor que realize sua tarefa de forma consciente terá de exercer juízo. Um exemplo simples para evidenciar a necessidade desse exercício é o do *desenvolvimento de abreviaturas* em textos antigos (quanto mais antigos, tanto mais presentes as abreviaturas): como as abreviaturas não raramente admitem mais de uma opção para seu desenvolvimento, o editor deve realizar uma reflexão sobre as soluções possíveis e selecionar a mais adequada (Cambraia, 2023c).³

Mas, mesmo se reconhecendo que o editor de um único testemunho precisa exercer juízo em seu labor, ainda assim uma diferenciação terminológica é conveniente. A edição baseada em um único testemunho, chamada de *interpretativa*, é uma realidade *completamente diversa* da edição baseada em testemunhos múltiplos, chamada de *crítica*: enquanto, no caso de testemunhos múltiplos, a detecção de pontos que exigem atuação reconstitutiva do editor emerge principalmente de forma *objetiva* pela existência de variantes em um mesmo lugar crítico de diferentes testemunhos, já no caso de testemunho único, essa detecção se dá unicamente de forma *subjetiva*, na medida em que depende exclusivamente do conhecimento do editor (Cambraia, 2019).

A questão mais polêmica relativa à edição crítica diz respeito à natureza do texto que deve ser reconstituído. Tradicionalmente, considera-se como meta a *forma final do texto desejada pelo autor*:

[...] a edição crítica tem o objetivo de fornecer o texto livre de todos as falhas [ital. *tutte le mende*] que os acontecimentos mais ou menos afortunados da

³ Já antecipo as minhas escusas por tantas retomadas de trabalhos meus, mas as reflexões que apresento aqui derivam exatamente de todas essas experiências de quase trinta anos de labuta diária com a edição de textos.

difusão e da transmissão possam introduzir nele, ou seja, na forma mais próxima possível daquela desejada e considerada definitiva pelo autor (*original*) (Ageno, 1999, p. 3, itálico do autor, sublinhados e tradução nossos).

Um texto é denominado crítico quando estabelecido segundo as leis e as normas da crítica textual. O texto assim apurado, que resulta na chamada *edição crítica*, é a reprodução mais correta possível de um original, numa tentativa de alcançar com a maior fidelidade imaginável a última forma desejada pelo seu autor. (Spina, 1994, p. 86, itálico do autor, sublinhados nossos).

A essa meta, não raramente se invocam diversas objeções.

Uma das objeções está relacionada à noção de *autoria*. Um texto sempre deriva única e exclusivamente da “mão” de um autor? No processo de publicação, um texto passa geralmente por várias “mãos”: há a do autor, que, de próprio punho, lavrou um manuscrito, mas também a do secretário que o datilografou para ser encaminhado para a editora, a do editor comercial que fez intervenções sobre o texto para ajustá-lo às políticas da editora; a do tipógrafo que compôs a matriz (no passado) ou a do diagramador que compôs o arquivo digital (no presente), a do revisor da editora, entre tantas outras possíveis. Essa complexa cadeia de agentes faz com que o texto que chega ao público-leitor (e sobreviva através de exemplares impressos no curso do tempo) dificilmente seja exatamente igual ao que estava inicialmente no testemunho de lavra do próprio autor. Não é raro, porém, que o próprio autor chancelle esse resultado compósito derivado da atuação da referida cadeia de agentes, ao autorizar, ao final desse processo, a publicação. É justamente por essa razão que pesquisadores que se ocupam do tema de atribuição de autoria consideram prudente tratar autoria como “um repertório de práticas, técnicas e funções – formas de trabalho – cuja natureza variou consideravelmente ao longo dos séculos e que podem ter sido desempenhadas, em qualquer caso, por diferentes indivíduos” (Love, 2002, p. 33, tradução nossa).

Uma segunda objeção se refere à noção da *vontade autoral*. Mesmo um testemunho de lavra do próprio autor manifesta indubitavelmente a sua vontade em relação à forma do texto? A questão da vontade autoral, colocada nos termos de *intenção autoral*, foi objeto de crítica por Wimsatt Jr. e Beardsley (1946) que defenderam que “a intenção é o desígnio ou o plano na *mente* do autor” (Wimsatt Jr.; Beardsley, 1946 [2002, p. 641], grifo nosso) e, ademais, que:

[...] o desígnio ou a intenção do autor não é nem acessível nem desejável como padrão para julgar-se o êxito de uma obra de arte literária e nos

parece que este princípio penetra em certas desavenças na história das atitudes críticas (Wimsatt Jr.; Beardsley, 1946 [2002, p. 641]).

Embora suas objeções tenham sido concebidas para discutir sobretudo a forma de atuar do crítico literário, naturalmente resvalaram também para a crítica textual, já que o editor de textos se baseia tradicionalmente na noção de vontade autoral para reconstituir a forma do texto com que está lidando. A visão de Wimsatt Jr. e Beardsley (1946) foi, por sua vez, objeto de ponderações por McKenzie (1986), que sustentou “desde uma defesa do significado autoral, com base no fato de que ele é, em certa medida, recuperável, até um reconhecimento de que, para o bem ou para o mal, os leitores inevitavelmente formam seus próprios significados” (McKenzie, 1986 [1999, p. 19], tradução nossa). Retomando um exemplo discutido por Wimsatt Jr. e Beardsley (1946), que é o do prólogo de William Congreve (1670-1729) à obra *The way of the world*, McKenzie demonstrou

que leituras significativamente informativas podem ser recuperadas tanto de sinais tipográficos quanto verbais, que estes são relevantes para decisões editoriais sobre a maneira como se pode reproduzir um texto, e que uma leitura de tais sinais bibliográficos pode seriamente moldar nosso julgamento sobre a obra de um autor (McKenzie, 1986 [1999, p. 18], tradução nossa).

Na discussão sobre esse exemplo, McKenzie chamou a atenção para o fato de que o caso em questão

diz respeito às preocupações mais óbvias da crítica textual – colocar as palavras certas na ordem certa⁴; à semiótica da impressão e ao papel da tipografia na formação do significado; às teorias críticas da intenção

⁴ Cabe aqui uma nota para ressaltar que, para McKenzie (1986), *crítica textual* e *bibliografia* não são sinônimos. Pela citação aqui apresentada, vê-se que ele interpretava a crítica textual como um processo de “correção” do texto (cf. “palavras certas na ordem certa”), o que, considerando sua defesa da possibilidade de conhecimento da intenção autoral, certamente teria esse elemento como referência. Já a bibliografia, para ele, é “a disciplina que estuda textos como formas registradas e os processos de sua transmissão, incluindo sua produção e recepção” (McKenzie, 1986 [1999, p. 12], tradução nossa), a qual ele considerava que seria mais útil se fosse chamada de *sociologia dos textos* (McKenzie, 1986 [1999, p. 13], tradução nossa). Não é raro hoje em dia que aqueles que se opõem radicalmente a qualquer prática de reconstituição textual tratem *crítica textual* e *bibliografia* (*sociologia dos textos*) como sinônimos, apesar de não o serem para o próprio teórico desta última...

autoral e da resposta do leitor; à relação entre os significados passados e os usos presentes de textos verbais (McKenzie, 1986 [1999, p. 21], tradução nossa).

Para evidenciar ainda mais a complexificação das questões referentes a autoria, não custa lembrar a relativização da noção de autor debatida por Barthes (1967) e por Foucault (1969), a qual tinha sido precedida da noção de obra aberta de Eco (1962). Esses três estudiosos desenvolveram suas reflexões sob a égide do estruturalismo, corrente de pensamento que via o texto como estrutura, uma entidade autônoma, e que consequentemente eclipsou as abordagens do texto fundamentadas no eixo *autor-obra* (em que o texto é interpretado tendo como referência o autor e suas intenções) em favor daquelas embasadas no eixo *obra-leitor* (em que o texto é interpretado tendo como referência o leitor e suas vivências). Uma passagem bastante significativa para exemplificar essa visão vinculada ao eixo obra-leitor se vê no texto de Barthes:

[...] um texto é feito de escritas múltiplas, saindo de várias culturas e entrando umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação; mas *há um lugar onde essa multiplicidade é coligida, reunida, e esse lugar não é o autor, como dissemos até aqui que era, mas o leitor*: o leitor é o exato espaço em que são inscritas, sem nenhuma se perder, todas as citações de que uma escrita consiste; *a unidade de um texto não está na sua origem, mas no seu destino* [...]. (Barthes, 1967 [1986, p. 54], tradução e grifo nosso).

Mas objeções foram postas não apenas em relação ao objetivo, mas também em relação ao método.

No que se refere às reservas de Bédier (1928), amplamente conhecidas, basta lembrar que sua crítica recaía sobre a natureza bífida dos ramos do estema em que aplicação do método dos erros comuns resultava, impedindo a aplicação do critério mecânico de seleção de variantes.

Também Cerquiglini (1983) manifestou suas insatisfações com as práticas passadas. À edição do *Lai de Lanval* de Maria de France realizada por Rychner (1958), ele censurou, p. ex., a decisão do editor de extrair apenas esse texto do manuscrito em que se encontrava, o que repercutiu na interpretação que se dá à expressão “un autre lai” (“um outro *laï*”) presente no texto: considerando a posição do texto no manuscrito, a interpretação é anafórica (um outro em relação ao que precede no manuscrito), mas, considerando o texto fora do

manuscrito, ou seja, isolado na edição, a interpretação anafórica fica prejudicada (um outro em relação a qual?) (Cerquiglini, 1983 [2015, p. 64-66]). Em relação à edição de *La Vie de Saint Alexis* realizada por Paris (1872), censurou o fato de que “toda variante é vista como uma falta, um erro, uma gralha”, ignorando assim uma importante característica do texto medieval, que é sua variabilidade, o que Zumthor (1972) tinha chamado de *movência* (Cerquiglini, 1983 [2015, p. 70-71]). Tomando como referência a edição de *La Conqueste de Constantinople* de Geofroy de Villehardouin realizada por Faral (1938-1939), chamou a atenção para o fato de que o registro de variantes nessa edição fragmentava as lições e impedia que se percebesse que, em um testemunho específico, havia “dois enunciados homogêneos cuja variação é coerente” (Cerquiglini, 1983 [2015, p. 75-77]). Para Cerquiglini (1983), a superação das limitações das edições seria viabilizada pela informática:

Pode-se imaginar na sequência uma edição de textos medievais sob a forma de um disco flexível onde estão estocados os conjuntos textuais e digitais diversos, que o leitor consulta por livre escolha, fazendo-os aparecer em diversos lugares da tela uma manipulação simples permite ler, isoladamente ou em co-ocorrência: uma edição antiga, uma tentativa neolachmanniana, uma edição bédierista, a cópia diplomática dos principais manuscritos (ou, através de um vídeo, a sua reprodução); ou ainda, para tal trecho, o texto justaposto e completo da tradição manuscrita; ou ainda os cálculos de todos os tipos operados sobre estes conjuntos textuais e postos em paralelo etc. O computador está à frente da imaginação filológica e linguística.

A página estaria então, propriamente, *virada*, pois o leitor permanece livre diante do trabalho do editor, que ele consulta, completa, ou questiona; pois a rede eletrônica, por sua mobilidade, reproduz o texto em sua própria movência (Cerquiglini, 1983 [2015, p. 77], itálico do original).

2. EDIÇÃO CRÍTICA COMO BÚSSOLA

Depois do turbilhão epistemológico que atravessou os caminhos da crítica textual no século XX, cujas menções acima são apenas exemplos, é inevitável que se reconsiderem os objetivos, se remodelem os métodos e se modifiquem as práticas. Mas as edições críticas continuam tendo seu lugar no âmbito do labor editorial.

2.1. ESTADOS PASSADOS

A questão da autoria certamente é a mais complexa de todas, porque sempre foi um ponto de referência para todas as decisões de um editor. Deve-se, no entanto, reconhecer que: (a) *nem tudo que o autor quis em relação ao seu texto terá necessariamente sido expresso formalmente* (justamente por isso existem os chamados *erros do autor*, ou seja, formas que, ainda que de própria lavra do autor, contrariariam o texto visto como um todo); e (b) *nem tudo que está formalmente expresso remonta necessariamente ao autor* (já que a publicação de um texto envolve diversos agentes, cujas intervenções um autor poderá ter chancelado ou sequer ficado sabendo).

Para superar esse dilema, parece razoável repensar o objetivo de uma edição crítica, delimitando-o, mais prudentemente, como *a reconstituição de um estado passado formalmente manifesto de um texto*. Essa formulação supera os estravés relacionados à questão da *vontade autoral*, já que o que se busca é o que foi formalmente registrado (e não o que foi desejado), e à questão da *autoria como processo com múltiplos agentes*, uma vez que se reconhece a ação destes como parte do processo de configuração do texto. Mas, naturalmente continua existindo espaço, dentro desse reenquadramento de objetivo, para a abordagem tradicional de reconstituição da forma do texto dada pelo autor. Ainda que a autoria envolva múltiplos agentes, a atuação destes se dá na forma de camadas cronologicamente ordenadas no percurso histórico do texto, desde como lavrado pelo próprio autor até sua forma impressa divulgada. Obviamente os textos não surgem por geração espontânea: há um alguém, certamente influenciado por todos os discursos com que teve contato, a que se chama de *autor*, que cria, organiza, ordena palavras, frases, parágrafos, dando forma a um objeto singular a que se chama de *texto*. Cada estágio do processo de criação do texto representa um estado do texto. Na edição crítica se busca reconstituir um desses estados. Quantos são passíveis de se reconstituir? Tantos quantos terão existido. Quais se devem reconstituir? Aqueles para os quais haja um público interessado. Tradicionalmente se fixa como estado-meta o último estado do texto dado pelo autor, mas naturalmente mesmo os anteriores e os posteriores são de interesse para se compreender o percurso histórico dos textos. Nesse reenquadramento, o adjetivo *genuíno* também deve ser revisto: forma genuína é a que pertence ao estado do texto que se pretende reconstituir (que pode ser, inclusive, à dada pelo autor).

Certamente adentrar um caso concreto contribuirá para elucidar essa perspectiva de reconstituição de estados passados.

Uma tradição textual extremamente rica, nos mais diversos aspectos, é a da obra ascética de Isaac de Nínive. Sua obra foi composta em siríaco em fins do século VII e depois foi traduzida para diversas línguas direta ou indiretamente. Do siríaco, ela foi traduzida para o grego por volta do século IX e deste para o latim em fins do século XIII (antes de 1270). Do latim, por sua vez, foi traduzida para o italiano, o francês, o espanhol (uma das versões) e o catalão entre os séculos XIV e XV. Por fim, do catalão foi traduzida para o espanhol (duas versões) e de uma das versões do espanhol para o português, tudo também entre os séculos XIV e XV.

A tradição portuguesa foi preservada em quatro manuscritos medievais, o que, portanto, satisfaz ao requisito mínimo para uma edição crítica (baseada no confronto de mais de um testemunho e com reconstituição textual com base na seleção de variantes). Para a visão tradicional do objetivo de uma edição crítica (reconstituir a forma final do texto desejada pelo autor), tem-se o entrave de que se trata de uma tradução, que não foi revisada pelo autor intelectual do texto (Isaac de Nínive), então a forma da tradução portuguesa nunca poderia ser a desejada pelo autor (ele não a chancelou). Assumindo-se, portanto, a interpretação de que o objetivo de uma edição crítica da tradução portuguesa é o de reconstituir um estado passado do texto (cuja natureza de cópia dos testemunhos supérstites claramente indica que ele tenha existido), então se trata de um empreendimento operacionalizável. Esse empreendimento não é incompatível com uma proposta de dar a conhecer a forma do texto que cada um dos testemunhos; antes, a consecução desta proposta oferece as condições ideais para a elaboração de uma edição crítica. Tal foi o percurso trilhado para a realização da edição crítica da tradução medieval portuguesa da obra de Isaac de Nínive: somente depois da realização de uma edição conservadora (paleográfica) de cada um dos seus testemunhos (Menegaz, 1994; Cambraia, 2000) é que se elaborou uma edição crítica (Cambraia, 2017). Esse processo de pavimentação da base editorial, a partir de edições mais conservadoras, para um avanço em direção a edições que exigem maior atuação do editor na fixação do texto era, p. ex., o que Megale (1990) considerava como trajeto desejável para a edição do texto português da *Demandia do Santo Graal* (preservada em testemunho único), tendo sido ele próprio o realizador de uma edição do final dessa cadeia, a edição modernizada (Megale, 1988):

Tecnicamente falando, a sequência esperada de gerações na história da edição de um manuscrito como este da *Demandia* portuguesa de Viena seria a seguinte: primeira geração, edição paleográfica; segunda geração, edição crítica, e terceira, edição modernizada (Megale, 1990, p. 29, grifo do autor).

A tradição textual da obra de Isaac de Nínive apresenta ainda um outro caso interessante para se pensar o objetivo de uma edição crítica. Sabe-se que, no curso da transmissão de sua obra do siríaco para o grego, houve a incorporação de textos que tinham sido escritos por outros autores, mais especificamente, quatro capítulos de João de Dalyata e uma carta de Filoxeno a Patrício (Cambreia, 2018). Miller (1984, p. XCI), tomando como base o cód. Vatic. Syr. 125 (com o texto de Isaac em siríaco), em que os referidos cinco textos se seguem ao texto de Isaac, hipotetizou que os tradutores gregos teriam consultado códice similar, mas no qual a indicação desses dois autores não estivesse clara, por isso consideraram que esses cinco textos faziam parte da obra de Isaac. O fato é que, na tradição grega, esses cinco textos circularam agregados à obra de Isaac e como se pertencessem a este último. Mas Pirard (2012), em sua edição crítica da tradução grega da obra de Isaac, não incluiu esses cinco textos, certamente por não serem de Isaac: vê-se, portanto, que sua perspectiva foi de reconstituir apenas o texto grego que era atribuível a Isaac. O problema reside no fato de que esses cinco textos circularam junto da obra de Isaac como se fossem de Isaac e, uma vez que já estavam junto da obra de Isaac no siríaco, então todos os estados em que o texto grego apresentou conteriam esses cinco textos. Ao não incluir esses cinco textos na sua edição crítica, Pirard (2012) reconstituiu uma configuração do texto grego que nunca terá existido, ou seja, sem os cinco textos que efetivamente não pertenciam a Isaac. Uma consequência dessa decisão é a de que a presença de dois desses textos na tradição latina fica sem explicação, se se toma a edição de Pirard (2012) como referência para analisar a tradição textual da obra de Isaac: ocorrem no siríaco (p. ex., no cód. Vatic. Syr. 125), não ocorrem no texto grego editado por Pirard (2012) e ocorrem no latim (p. ex., no cód. 311 da Bibl. Città di Arezzo). A inferência, equivocada, seria a de que a presença no latim seria derivada do siríaco, mas, como os cinco textos circularam de fato em grego, então sua presença no latim deriva realmente do grego. Se o objetivo da edição crítica de Pirard (2012) fosse a reconstituição do estado mais pretérito da tradução grega, então esses cinco textos deveriam constar do texto crítico, mesmo não sendo de Isaac (informando-se isso naturalmente), mas, como a referência foi a reconstituição da parte da tradução grega que é de autoria de Isaac, então criou-se uma ruptura para a compreensão de transmissão da obra do grego para o latim⁵. Na edição crítica da tradução medieval portuguesa, os dois desses cinco

⁵ Apesar dessa decisão desafortunada, a edição de Pirard (2012) é hoje o principal instrumento para se conhecer a tradição textual da tradução grega da obra de Isaac de Nínive em relação às partes que realmente pertencem a esse autor.

textos que passaram para o latim e chegaram ao português foram mantidos no texto crítico – capítulos 26 e 48 (Cambreia, 2017, p. 127-131 e 196-203) –, e não só eles, como ainda um apêndice que não é de autoria de Isaac mas circulou junto de seu texto já desde a tradição latina (p. ex., nos códs. 572 e 426, da Bibl. do Sacro Convento de Assis). Vê-se, portanto, novamente que a edição crítica da tradução medieval portuguesa buscou reconstituir o estado passado mais antigo possível dessa tradução, ainda que constassem dele partes que não pertencessem a Isaac: foram mantidas na edição, porque circularam desde sempre na tradução portuguesa e como se fossem de Isaac.

Naturalmente há que se discutir a relevância da reconstituição de estados passados dos textos. Como todos os estados passados se configuraram inscritos em épocas, espaços e sociedades específicos, que obviamente deixaram suas marcas sobre essas configurações, então, para analisar um texto levando em conta o contexto sócio-histórico em que ele foi criado ou reconfigurado no processo de sua transmissão, é necessário conhecer os diferentes estados em que se apresentou. Uma edição crítica atende justamente a essa demanda. Na tradição latina da obra de Isaac de Nínive, ocorreu um caso interessante de incorporação textual (Cambreia, 2018): um fragmento textual da obra de João Cassiano que tinha como personagem um Isaac (o da Antioquia, dos séculos IV-V, e não o de Nínive, do século VII) foi incorporado à tradição latina de Isaac de Nínive. O conhecimento da configuração dessa tradição latina com a incorporação é essencial para se compreenderem as formas que as traduções francesa, catalã, espanhola e portuguesa apresentam, pois todas elas apresentam essa interpolação. Por outro lado, o conhecimento da configuração da tradição latina sem essa incorporação é essencial para se compreenderem as formas da tradução italiana, pois esta não apresenta essa interpolação. De forma que é pertinente a reconstituição do estado do texto da tradução latina que foi o modelo para o ramo que contém as traduções francesa, catalã, espanhola e portuguesa, mas também a reconstituição de um outro estado desse texto, que foi o modelo para o ramo que contém tradução italiana. Não existe apenas um único estado legítimo a ser reconstituído: reconstituem-se tantos quantos se mostrarem relevantes.

2.2. DESIDERATUM

Como proposto acima, uma forma de operacionalizar uma edição crítica seria fixar o objetivo de reconstituição de estados passados, tantos e quais demandar o público interessado.

Também como já assinalado, um desses estados pode ser efetivamente o mais pretérito de todos, que seria aquele que seu criador – o autor – externalizou formalmente e decidiu dar a conhecer. Naturalmente há uma ampla gama de materiais que precederam essa decisão de dar a conhecer o texto e ela é o objeto por exceléncia das edições genéticas: as primeiras anotações do autor com ideias para uma obra, esquemas de ordenação de conteúdo, manuscrito com uma primeira versão integral do texto não divulgado para o público, camadas de anotações autógrafas sobre esse manuscrito, datiloscrito com uma segunda versão do texto, camadas de anotações autógrafas sobre esse datiloscrito, datiloscrito com versão a ser encaminhada para a editora, provas tipográficas do livro, camadas de anotações autógrafas sobre essas provas, etc. Mas as edições genéticas se vinculam essencialmente a tradições em que há registros autógrafos testemunhando as diferentes etapas do processo criativo, diferentemente das edições críticas, que, via de regra, se vinculam a tradições em que não há registros autógrafos.

A questão que se coloca então é qual é margem de certeza que se pode ter na reconstituição de estados passados de um texto do qual não há registros autógrafos? É possível reconstituir *exatamente* o que terá sido o original perdido, aquele de lavra do autor que foi dado a conhecer? Muito provavelmente a resposta para essa questão será unânime entre todos os pesquisadores de crítica textual: não, não é possível. *Exatamente*, não. Se, em todos os campos do conhecimento, há sempre revisão de resultados em função do avanço do conhecimento, das teorias, dos métodos, da tecnologia, etc., por que apenas no campo da crítica textual todo resultado só poderia ser produzido se fosse invariavelmente exato e, consequentemente, definitivo? Considerar que todo e qualquer conhecimento já produzido se mostrou definitivo é desconhecer totalmente a história da produção de conhecimento humano.

Isso significa que uma edição crítica deve ser interpretada como uma proposta inevitavelmente temporária, provisória, a melhor possível, do que terá sido o estado passado que se objetivou reconstituir. Será a melhor até que uma nova edição, incorporando todo o avanço do conhecimento alcançado desde a última edição existente, seja realizada. Sendo assim, a meta de uma edição crítica é sempre o melhor resultado *possível* do a que se propôs, enfim, um *desideratum*. A compreensão das limitações de uma edição crítica sempre existiu entre aqueles que se ocupam do tema e basta lembrar aqui as diversas ponderações que circundam a definição de crítica textual de Roncaglia:

O objetivo da crítica textual é de restituir o texto à sua forma genuína, eliminando as alterações que ela pode ter sofrido no curso da transmissão

do autor para nós [...]. É claro que o objetivo assim enunciado representa uma meta ideal, nem sempre alcançável com segurança e que, antes, deverá às vezes ser declarada francamente inalcançável [...]. Para tal objetivo, a crítica textual deverá utilizar todos os dados que chegaram até nós, assim como os conhecimentos históricos e todos os instrumentos lógicos que possam nos permitir avaliá-los. Ela deve igualmente fornecer ao utente os meios indispensáveis para controlar a validade dos resultados alcançados [...]. Somente uma edição que atenda a esses requisitos poderá legitimamente gabar-se da qualificação de EDIÇÃO CRÍTICA (Roncaglia, 1975, p. 25-26, grifo do autor, tradução nossa).

A meta do crítico textual é sempre chegar o mais próximo possível do que foi um dado estado passado do texto, ainda que compreenda que existem limitações que tornam impossível a satisfação absoluta desse *desideratum*.

2.3. BASTIDORES

Como já assinalado, considera-se aqui que uma edição crítica envolve seleção de variantes de uma tradição textual. Também esse aspecto levanta calorosos debates: o texto crítico é “réfém” do editor, já que é este quem seleciona as variantes e o conselente não fica sabendo o por quê?

A consciência da complexidade dessa tarefa hermenêutica, a de julgar qual variante estaria no estado passado que se pretende constituir de um texto, fica patente nas ponderações de Roncaglia acima apresentadas: “[a crítica textual] deve igualmente fornecer ao utente os meios indispensáveis para controlar a validade dos resultados alcançados”. Certamente esse tópico é um dos que mais precisam ser desenvolvidos para dar maior transparência aos resultados apresentados em uma edição crítica. O conselente contemporâneo exige mais informação do que apenas a de qual foi o texto-base.

Apesar do desejo de Lachmann de um método mecânico (isento de subjetividade) de seleção de variantes, no estado atual do conhecimento este tal ainda não existe. Por isso, a solução para dar transparência ao processo de reconstituição seria a de tornar mais explícitas as decisões, dando ao conselente os meios para controlar o rigor e a coerência desse processo, ou seja, revelar os “bastidores” da edição crítica. A seleção de variantes não se dá com base em um critério único; antes, é necessário manejá-las uma ampla gama de princípios (*usus scribendi*, *lectio antiquior*, *lectio difficilior*, *lectio brevior*, etc.) que não raramente se chocam.

Na análise das citações da tradução latina da obra de Isaac de Nínive presentes no *Tractatus pauperis*, de John Pecham (1230-1292), foi possível constatar instabilidade na conduta de dois editores (Van den Wyngaert, 1925; Delorme, 1944): dos 72 lugares críticos identificados nessa tradição indireta da obra de Isaac, em 24 a seleção da variante não era compatível com o que a tradição direta indicava (Cambreia, 2011). Essa incompatibilidade decorreu da alternância de critérios de seleção: ora a variante do texto-base que também era a mais frequente (opção mais justificável); ora a variante do texto-base, mesmo não sendo a mais frequente; ora a variante mais frequente, mesmo não sendo a do texto-base. Só um consulente que confrontasse diretamente o texto dessas duas edições críticas com os testemunhos da tradição direta da Isaac seria capaz de ter conhecimento disso. Faltou dar a conhecer os bastidores...

Revelar os bastidores da edição não é prática em curso e muito raramente se encontra algo nessa direção. Mas não é algo inédito. Na edição da *Crônica Geral de Espanha de 1344*, Cintra adotou um aparato crítico composto: na parte superior, registrou as correções feitas ao texto-base (ms. *L*) e listou as variantes nos testemunhos em português (mss. *L* e *P*) e em espanhol (mss. *U*, *Q* e *V*, além do texto da *Primera Crónica de Espanha*) consultados; e na parte inferior, registrou as variantes do outro manuscrito em português utilizado (ms. *P*). Assim, por exemplo, diante das variantes *ēnos oyto annos* do ms. *L* (texto-base da edição) e *ēno VIIIº ano* do ms. *P*, selecionou a lição deste último (Cintra, 1984, v. II, p. 211), mesmo não sendo a do texto-base, mas sua decisão é passível de ser compreendida pelo consulente, porque no aparato se informa que, nos mss. *U* e *V*, consta, no texto espanhol, *en el octavo año*: sua decisão foi tomada tendo em conta o texto espanhol, língua para a qual o texto português foi traduzido na própria Idade Média. Mas nem sempre é possível saber se a decisão foi feita tendo o texto espanhol como referência: diante das variantes *aquelle* do ms. *L* (texto-base da edição) e *aaquelle* do ms. *P*, selecionou a lição deste último (Cintra, 1984, v. II, p. 144), mesmo não sendo a do texto-base, e não fez referência ao texto espanhol. Nesse caso, não há indicativo explícito de sua decisão, havendo duas possibilidades de interpretação: *conformatio textus*, já que se trata de complemento do adjetivo *obedyente* e a forma *aquelle* de *L* não apresenta explicitamente a presença da preposição exigida pelo adjetivo, não tendo sido por isso a selecionada; ou *lectio antiquior*, presumindo-se que a forma *aquelle* de *L* já apresenta crase entre a preposição e o segmento inicial do demonstrativo mas a forma *aaquelle* de *P* apresenta um estágio anterior, em que a crase ainda não tinha acontecido, tendo sido por isso a selecionada.

Mas, a rigor, não se sabe qual foi o caso, pois não há informação explícita referente à decisão.

Para a implementação de um modelo de edição crítica com maior explicitude das decisões editoriais, é necessário desenvolver toda uma simbologia que permita informar ao consulente o conjunto de critérios que levaram o editor a selecionar uma variante em detrimento de outra *em cada caso*, tarefa ainda por fazer. Certamente os consulentes sentirão maior segurança na interpretação dos resultados se souberem exatamente como *cada item* do texto foi fixado.

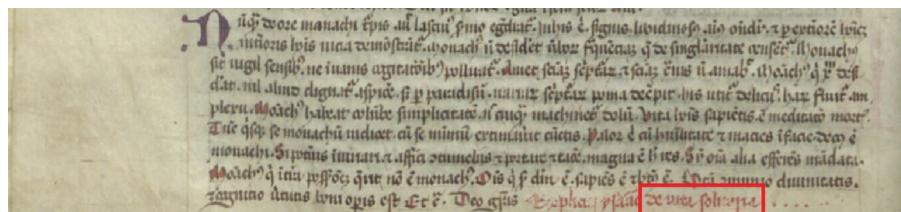
2.4. MATERIALIDADE

A crítica de Cerquiglini (1983) à edição do *Lai de Lanval* de Maria de France realizada por Rychner (1958) diz respeito à questão da necessidade de se considerar a materialidade do texto: a extração de apenas um fragmento de um manuscrito para ser editado causou obscurecimento do sentido do texto (no caso, o sentido atribuível da palavra *autre logo* no início do fragmento).

Não há dúvida de que a consideração do texto em sua materialidade pode efetivamente abrir janelas para sua melhor compreensão. Considere-se o seguinte caso pertencente à tradição latina da obra de Isaac de Nínive.

No final da obra de Isaac no cód. alc. 387 da Biblioteca Nacional de Portugal, lavrado no ano de 1409, consta em rubrica “Explicit l ysáac de uita solitaria” (f. 114v). Vê-se, portanto, como elemento central do título da obra, *De Vita Solitaria*.

FIGURA 1 – DETALHE DO F. 114V DO CÓD. ALC. 387 DA BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (LISBOA)

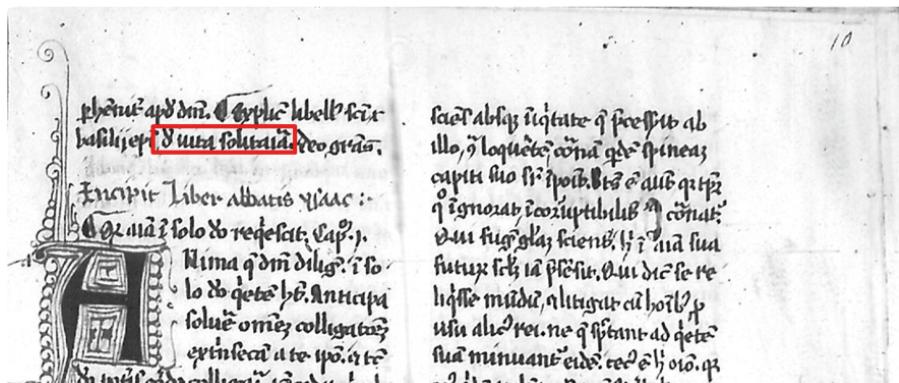


Fonte: Registro do autor.

Esse elemento central do título, no entanto, não é o que consta em outros testemunhos. Assim, por exemplo, no cód. 659 da Biblioteca Marazina, datável do século XV, consta “Explicitunt capitula libri ysaac Abbatis syrie de perfectione contemplationis” (f. 103v). Vê-se, então, que agora o elemento central do título

constante é *De perfectione contemplationis*. Qual será a origem dessa diferença? Informações de natureza material, referentes à forma física dos testemunhos, são capazes de contribuir para explicar essa diferença? Para responder a essa questão, convém consultar uma peculiaridade presente em um terceiro testemunho:

FIGURA 2 – DETALHE DO F. 10R DO CÓD. LAT. CLASS. VII 4,
BIBLIOTECA MARCIANA (VENEZA)



Fonte: Registro do autor.

Nesse testemunho, datável do século XIV, é possível ver a fronteira (representada por linha em branco) entre dois textos traduzidos para o latim na primeira coluna: o texto precedente, de autoria de São Basílio, e o subsequente, de autoria de Isaac de Nínive. No final do primeiro, consta “Explicit libellus sancti basiliij episcopi de uita solitaria” e, no início do segundo, vê-se “Incipit Liber abbatis ysaac”. Em muitos testemunhos, o texto de Isaac é referenciado simplesmente como *Liber Isaac* ou *Liber Abbatis Isaac* (tal como no próprio cód. Lat. Class. VII 4) e certamente essa brevidade terá sido uma circunstância favorecedora para levar um copista buscar em algum lugar o que consideraria efetivamente como o título da obra (e não apenas a indicação de seu autor, como no caso de *Liber Abbatis Isaac*). No caso em questão, a busca foi feita no próprio testemunho: havia proximidade física entre o *explicit* do texto precedente (de São Basílio) e o *incipit* do texto subsequente (de Isaac de Nínive). Se, por um lado, adoção do título *De Vita Solitaria* para a obra de Isaac (presente no já referido cód. alc. 387 da Biblioteca Nacional de Portugal) tem claramente uma origem de natureza material, por outro lado, deve-se reconhecer que a efetivação dessa inovação terá também sido favorecida por um aspecto de natureza ideológica (que é a visão de

mundo apresentada na obra), pois, na obra de Isaac, se valoriza sobremaneira o afastamento do mundo (temporal), sendo esse próprio autor uma grande referência para o monaquismo.

Outro exemplo interessante, novamente da tradição da obra de Isaac de Nínive, é o da tradução espanhola abreviada do impresso sevilhano de 1497 (Cabraia, 2024). O terceiro texto desse impresso se intitula *Breve Información* (ff. 112ra-117ra) e é composto de 6 capítulos: os caps. 1 a 5 constituem uma seleção de trechos da obra *Tractatus de Vita Spirituali* de Vicente Ferrer (1350-1419) e o capítulo 6 é um trecho da obra de Isaac de Nínive em tradução para o espanhol diferente das três outras existentes (Cabraia, 2021). Qual será a origem dessa incorporação da obra de Isaac em uma seleção de texto de Ferrer? Informações de natureza material, referentes à forma física de testemunhos, são capazes de contribuir para explicar essa incorporação? Um amplo exame da tradição manuscrita latina da obra de Isaac permitiu identificar que uma variante presente na tradução espanhola (*intenciones*) é compatível com a forma presente em quatro testemunhos latinos (*intensiones*, por oposição a *motiones*, presente nos demais) e, mais, que o cód. 307 de Madri, um desses quatro, apresenta parte do *Tractatus de Vita Spirituali* de Ferrer após a obra de Isaac: embora esse códice específico não possa ter sido a fonte para o *Breve Información* do impresso sevilhano, pois aquele não tem partes dos textos de Ferrer e de Isaac presentes neste, ainda assim ele testemunha que esses dois textos teriam andado juntos e, provavelmente em versão mais completa, estariam no testemunho que terá servido de modelo para o código madrilenho e para o impresso sevilhano — terá sido, portanto, a proximidade material dos dois textos em um mesmo testemunho a condição que resultou na incorporação em questão. Novamente, analisar o texto de Isaac para além dos seus próprios limites em um testemunho, ou seja, considerado o testemunho como um todo, permitiu compreender melhor a possível razão para presença de um texto de Isaac incorporado no texto de Ferrer.

Esses casos mostram que a materialidade é componente importante na interpretação de uma tradição textual e, consequentemente, na realização de uma edição crítica. Informações dessa natureza devem ser integradas à edição crítica.

2.5. SÍNTESE

A edição de cada testemunho de uma tradição, como assinalado antes, é uma prática fundamental para a realização de uma edição crítica consistente. Mas isso não significa que aquela torne esta dispensável.

Primeiramente, porque o simples fato de se tratar de apenas um testemunho não isenta o processo editorial de subjetividade: a edição de apenas um testemunho não é uma edição “pura”, sem “contaminação” e, portanto, a única aceitável por oposição a uma edição crítica. Basta lembrar aqui quantas edições da carta de Pero Vaz de Caminha baseadas em um único e mesmo testemunho, o códice de cota Gav. 8-Maço 2-N.º 8 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, já foram realizadas. Cada editor interpretou o registro escrito de uma forma específica, resultando em versões diferentes do texto editado. Exemplo igualmente rico é o das edições da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, realizadas a partir da edição *princeps* de 1614 (Cabraia, 2023b): houve bastante variação entre os editores na realização de conjecturas, que incautos poderiam inocentemente considerar como correção de erros óbvios, mas têm repercussão sobre o sentido do texto e sobre os padrões linguísticos do texto. Concretamente, pode-se citar a forma *al*, pronome derivado do lat. *aliud* e em franco desaparecimento no século XVI, mas ainda presente em ocorrência única na *Peregrinação* (Pinto, 1614, f. 102rb12) que o editor de 1711 modificou para *tal* (Pinto, 1711, f. 123b) e o de 1952-53 para *aly* (Pinto, 1953, v. 2, p. 255), apagando ambos assim um caso de variação linguística na língua de Fernão Mendes Pinto.

Em segundo lugar, porque uma edição crítica é uma síntese de uma tradição textual. Como exemplo, pode-se tomar como referência a tradição textual em língua latina da obra de Isaac de Nínive: até o momento já se identificaram 105 manuscritos supérstites, 5 manuscritos desaparecidos e 13 impressos conhecidos (Cabraia, 2014, p. 20-23, com atualizações). Na ausência de uma edição crítica, cabe ao interessado consultar todos os 118 testemunhos ainda existentes com paradeiro conhecido para conhecer as diversas configurações que a tradução latina apresenta. Tem cada consultante interessado proficiência necessária nos diversos estilos de escrita com que terá que lidar para ler cada testemunho? Caso não, então o consultante necessitará, no mínimo, que todos os 118 testemunhos já tenham sido transcritos por alguém, o editor (apesar de a opção por consultar cada testemunho seja justamente para evitar o editor!). Mesmo já contando com uma edição de cada testemunho dessa tradição, examinará o consultante cada passagem de um texto inteiro, mesmo que seja longo? Bastante improvável... Convém lembrar que, existindo apenas as edições facsimilares de cada testemunho, *cada consultante* terá de passar pelas mesmas provações: teste de leitura (para decodificar cada escrita) e teste de paciência (para comparar cada passagem). Mas, e se existisse uma síntese que viabilizasse uma leitura enriquecedora de uma tradição textual extensa? Bem,

ela existe e se chama *edição crítica*. Uma edição crítica aponta caminhos para o leitor, mas não tem o poder de obrigá-lo a trilhar necessária e exclusivamente um único caminho. O fato de um editor ter selecionado uma variante não impede que o leitor, em sua análise, opte por considerar pertinente outra variante, uma das que estão no aparato crítico.

2.6. INFORMÁTICA

Como já mencionado, para Cerquiglini (1983), os dilemas enfrentados por editores seriam uma “página virada” da história em função dos recursos que a informática seria capaz de oferecer. Embora o uso de informática no âmbito da crítica textual já estivesse ocorrendo mais de duas décadas antes da publicação de seu texto — basta lembrar aqui as experiências de Froger (1966, 1968) —, o fato é que o curso dos eventos não resultou na virada definitiva da página. No caso específico de Cerquiglini, depois de sua edição de *Le Roman du Graal*, de 1981 (anterior, portanto, à sua profecia), ele mesmo não parece ter produzido nenhuma outra edição, de forma que ele não deu a conhecer o que seria concretamente o seu modelo de edição tendo a informática como solução.

Por um lado, é certamente inegável que a informática oferece recursos inestimáveis para a edição de textos, como a possibilidade de processamento de grandes volumes de dados, de apresentação de resultados em modelos dinâmicos (sensíveis aos dispositivos de consulta e às demandas do leitor), de divulgação para um público-leitor com amplitude jamais imaginada (através da internet), etc.

Por outro lado, trouxe consigo também muitos problemas em função da *modificabilidade sem precedentes* dos textos (Cambreia, 2005): a forma de codificação do texto digital pode apresentar desconfiguração entre sistemas diferentes, entre versões diferentes de um mesmo programa de leitura, etc. É bem provável que seja pela *extrema instabilidade do texto digital* que a realização de edições críticas informatizadas nunca prosperou. Edições digitais baseadas na transcrição de um único testemunho (independentemente de a tradição textual ser formada por apenas ele ou por ainda outros) são bastante comuns atualmente e podem ser encontradas abundantemente em portais universitários. Só uma pequena parcela, no entanto, atende ao rigor exigido pelos princípios da crítica textual (Cambreia, 2007), mesmo se tratando de edição sem confronto de testemunhos. No âmbito do galego-português, as duas experiências atuais mais próximas do que seria uma edição crítica digital com uso intensivo dos

recursos da informática são os portais *Cantigas Medievais Galego-Portuguesas*⁶, da Universidade Nova de Lisboa, e *The Oxford Cantigas de Santa Maria Database*⁷, da Universidade de Oxford, nos quais se encontram texto crítico, fac-símiles, recursos complementares, entre outros. Não se apresenta um aparato crítico com as variantes não adotadas, talvez por se considerar que a existência dos fac-símiles permite ao consulente conhecê-las (desde que, obviamente, seja capaz de ler escrita medieval...): então, mesmo em relação a essas duas experiências, há ainda espaço para mais aprofundamentos e realizações.

Mesmo considerando a informática apenas como um instrumento para realização de operações internas à elaboração de edições críticas, como no caso dos estemas para se identificar qual seria o texto-base para reconstituição de um estado passado, os resultados estão longe de terem apresentado as soluções que teriam feito virar definitivamente a página dos debates editoriais. Como exemplo, pode-se citar o uso de informática, conjugada interdisciplinarmente com a biologia, na fase de estemática, sob a perspectiva da filogenia. Em experiência recente relativa à colação de 54 testemunhos da tradição latina da obra de Isaac de Nínive, ficou evidente que o juízo do editor (o exercício mais pleno da crítica textual) continua sendo a base do processo não apenas na etapa de codificação de dados como no próprio controle dos resultados (Cabraia, 2023a). Assim, nem mesmo a informática conseguiu que o texto ficasse “livre” do editor...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma edição crítica é uma bússola porque é uma referência: não impõe caminhos, mas apenas indica os possíveis. Um consulente não é obrigado a aceitar a seleção de variantes do editor, tendo plena liberdade para, ao fazer uso do texto editado, optar por analisá-lo elegendo uma variante que não foi a selecionada pelo editor.

Uma edição crítica é bússola porque abre horizontes: o grande cabedal de variantes registradas no aparato crítico oferece um amplo leque de possibilidades para exploração de uma tradição textual. Ele permite identificar proximidades e distâncias entre os testemunhos; torna visível a diversidade de configurações com que um texto se apresentou em sua história através da multiplicidade de variantes registradas; serve de indexação para um conjunto heteróclito de dados,

⁶ Disponível em: <https://cantigas.fcsh.unl.pt>.

⁷ Disponível em: <https://csm.mml.ox.ac.uk>.

indicando direções possíveis (testemunhos relevantes para questões específicas) na reflexão sobre uma obra.

Uma edição crítica é bússola porque é uma síntese: reúne de forma sistematizada um volume incomensurável de informações coligidas pelo editor que se dedicou por décadas ao estudo da tradição do texto editado. É justamente a riqueza de todo esse material articulado na forma de uma edição crítica que permite ao consultente vislumbrar os mais variados caminhos possíveis de serem trilhados.

Tradições textuais muito limitadas, com poucos testemunhos, como costumam ser textos antigos em língua portuguesa (quanto mais antigos, menos testemunhos), permitem que o próprio consultente seja capaz de realizar a colação entre registros supérstites para decidir com que forma do texto pretende trabalhar em sua análise (linguística, literária, etc.), “livrando”-se assim do editor. Mas tradições textuais numerosas, com muitos testemunhos, não o permitem. Fará um consultente um estudo abrangente e detalhado de todos os testemunhos de, p. ex., duas tradições numerosas, com mais de 50 testemunhos cada, para levar a cabo um estudo literário comparado dessas tradições? Cada consultente que for trabalhar com os mesmos textos fará – novamente – esse mesmo estudo abrangente e detalhado de todos os testemunhos? Improvável e contraprodutivo...

Por que então não empregar uma bússola para navegar no mar infinito e revolto das tradições textuais? Essa é a função de uma *edição crítica*.

REFERÊNCIAS

- AGENO, Franca Bambilla. *L'edizione critica dei testi volgari*. Padova: Antenore, 1999.
- BARTHES, Roland. The death of the author. *Aspen*, New York, v. 5-6, 1967. [Republicado em: *The rustle of language*. New York: Hill and Wang, 1986. p. 49-55].
- BÉDIER, Joseph. La tradition manuscrite du *Lai de L'Ombre*: réflexions sur l'art d'éditer les anciens textes. *Romania*, Paris, t. LIV, a. 57, p. 161-196 e 321-356, 1928. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k160625>. Acesso: 31 jul. 2024.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Livro de Isaac*: edição e glossário (cód. alc. 461). 753 f. 2000. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAMBRAIA, César Nardelli. Edições digitais como base para análises linguísticas: revisão crítica de experiências. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS FIOLÓGICOS, 2., 2007, Feira de Santana. *Anais* [...]. Salvador: Quarteto, 2007. p. 13-24.

CAMBRAIA, César Nardelli. Diálogo entre tradição direta e indireta: variantes da tradução latina da obra de Isaac de Nínive no *Tractatus pauperis* de John Pecham. *Letras Clássicas*, São Paulo, v. 15, p. 9-37, 2011. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2358-3150.v0i15p9-37>

CAMBRAIA, César Nardelli. Livro de Isaac (cód. 50-2-15 da BN): caminhos percorridos. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 133-34, p. 15-35, 2014. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_2013-2014_133-134.pdf. Acesso: 31 jul. 2024.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Livro de Isaac*: edição crítica da tradução medieval portuguesa da obra de Isaac de Nínive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

CAMBRAIA, César Nardelli. Do Isaac de João Cassiano ao Isaac de Nínive: processos de incorporação textual na tradição latina. *Classica: Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 113-128, 2018. DOI: <https://doi.org/10.24277/classica.v31i2.704>

CAMBRAIA, César Nardelli. Encruzilhadas do editor: diferenças na tomada de decisão na edição crítica e na edição interpretativa. *Calíope: Presença Clássica*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, p. 4-23, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/cpc.v2i38.28853>

CAMBRAIA, César Nardelli. Do catalão ao espanhol: a tradução espanhola da obra de Isaac de Nínive do cód. a.II.13 da Real Biblioteca do Mosteiro de São Lorenzo do Escorial. *Caligrama: Revista de Estudos Românicos*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 7-26, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.17851/2238-3824.26.1.7-26>

CAMBRAIA, César Nardelli. Filogenia transdisciplinar: crítica textual, computação e genética. In: COELHO, Sueli Maria; CAMBRAIA, César Nardelli. (Org.). *Sic itur ad astra: estudos de língua e de literatura latina em homenagem ao professor Johnny José Mafra*. Campinas: Mercado de Letras, 2023a. p. 227-259.

CAMBRAIA, César Nardelli. Editometria: mensurando conjecturas nas edições da Peregrinação. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 9-30, 2023b. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v25i1p9-30>

CAMBRAIA, César Nardelli. O estilo na crítica textual: domínios de aplicação e a questão da variação linguística. *Caligrama: Revista de Estudos Românicos*, Belo Horizonte, v.28,p.6-25,2023c.DOI:<http://dx.doi.org/10.17851/2238-3824.28.1.6-25>

CAMBRAIA, César Nardelli. Em busca das fontes: a versão abreviada da tradução espanhola da obra de Isaac de Nínive no impresso sevilhano de 1497.

- Gragoatá, Niterói, v. 29, n. 63, p. e5836, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/gragoata.v29i63.58360.pt>
- CERQUIGLINI, Bernard. (Ed.) *Le roman du Graal*: manuscrit de Modène, par Robert de Boron. Texte établi et présenté par Bernard Cerquiglini. Paris: Union Générale d'Éditions, 1981.
- CERQUIGLINI, Bernard. Éloge de la variante. *Langages*, Paris, v. 69, p. 25-35, 1983. [Tradução para o português publicada como: Elogio da variante. *Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, v. 15, n. 1, p. 61-79, 2015. DOI: <https://doi.org/10.22481/politeia.v15i1.3696>].
- CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Crónica geral de Espanha de 1344*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1951/1954/1961/1990. 4 v.
- DELORME, Ferdinand. Quatre chapitres inédits de Jean de Pecham, o.f.m., sur la perfection religieuse et autres états de perfection. *Collectanea Franciscana*, Roma-Assisi, v. 14, p. 84-120, 1944.
- ECO, Umberto. *Opera aperta*: forma e interdeterminazione nelle poetiche contemporanee. Milano: Bompiani, 1962.
- FARAL, Edmond. (Ed.). *Villehardouin, La conquete de Constantinople*. Éditée et traduite par Edmond Faral. Paris: Les Belles-Lettres, 1938-1939. 2 v.
- FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce qu'un auteur? *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, Paris, v. 63, n. 3, p. 73-104, 1969.
- FROGER, Jacques. La collation des manuscrits à la machine électronique. *Revue d'Histoire des Textes*, Paris, n. 13, p. 135-171, 1966. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/rht_0073-8204_1966_num_13_1964_1035. Acesso: 31 jul. 2024.
- FROGER, Jacques. *La critique des textes et son automatisation*. Paris: Dunod, 1968.
- LOVE, Harold. *Attributing authorship*: an introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- MCKENZIE, Donald. *Bibliography and the sociology of texts*. London: The British Library, 1986. [Repub.: Cambridge: Cambridge University Press, 1999].
- MEGALE, Heitor. *A demanda do Santo Graal*. Texto modernizado com base em cópia do século XV e nas edições Magne de 1944 e de 1955-70, feito o cotejo com a edição dos 70 primeiros in-folios, por Reinhardstoettner, em 1887, com preenchimento das interrupções do apógrafo quinhentista — ms. 2594 da Biblioteca Nacional de Viena — utilizadas as edições Pauphilet e Bonilla y San Martin. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.
- MEGALE, Heitor. A demanda do santo graal: do manuscrito ao texto modernizado. In: ENCONTRO DE EDIÇÃO CRÍTICA E CRÍTICA

- GENÉTICA: ECLOSÃO DO MANUSCRITO, 2., 29 de agosto a 2 de setembro de 1990, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FFLCH-USP, 1990. p. 23-29.
- MENEGAZ, Ronaldo. (Ed.). *Livro de Isaac de Nínive* (séc. XV). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994.
- MILLER, Dana. (Trad.) *The ascetical homilies of St. Isaac the Syrian*. Boston: The Holy Transfiguration Monastery, 1984.
- PARIS, Gaston. (Ed.). *La vie de Saint Alexis*: textes des XI^e, XII^e, XIII^e et XLV^e siècles, publiés par G. Paris et L. Pannier. Paris: Franck, 1872. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k33044x>. Acesso: 31 jul. 2024.
- PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinaçam de Fernam Mendes Pinto* [...]. Lisboa: Pedro Crasbeeck; 1614. Disponível em: <http://data.onb.ac.at/rep/104A70DB>. Acesso: 31 jul. 2024.
- PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto* [...]. Lisboa: Joseph Lopes Ferreyra, 1711. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=5SjpfkMtM5sC>. Acesso: 31 jul. 2024.
- PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinaçam* = *Peregrinação*. Versão integral em português moderno por Adolfo Casais Monteiro. Lisboa: Sociedade de Intercâmbio Cultural Luso-Brasileiro; Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1952-1953. 2 v. Disponível em: <http://purl.pt/26736>. Acesso: 31 jul. 2024.
- PIRARD, Marcel. (Ed.). *Ἄββᾶ Ἰσαὰκ τοῦ Σύρου, Λογοι Ασκητικοι. Ἅγιον Ὄρος: Ιερά Μονή Ιβήρων*, 2012.
- RONAGLIA, Aurelio. *Principi e applicazioni di critica testuale*. Roma: Bulzoni, 1975.
- RYCHNER, Jean. (Ed.). *Marie de France, Le lai de Lanval*. Texte critique et édition des quatre manuscrits français par Jean Rychner. Genève: Droz, 1958.
- SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. 2. ed. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1994.
- VAN DEN WYNGAERT, Anastasio. (Ed.). *Tractatus pauperis a fratre Johanne de Pecham conscriptus*. Paris: La France Franciscaine, 1925.
- WIMSATT JR., William K.; BEARDSLEY, Monroe C. The intentional fallacy. *The Sewanee Review*, Baltimore, v. 54, n. 3, p. 468-488, 1946. [Tradução para português publicada como: A falácia intencional, por LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 2, p. 636-656].
- Zumthor, Paul. *Essai de poétique médiévale*. Paris: Seuil, 1972.

Data de submissão do artigo: 3 de julho de 2024.